



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
1ª Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude

**Relatório e Parecer**

**Projecto de Lei n.º 225/XIII/1.ª (CDS/PP)**

**"Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (LOBBYING)"**

CAPÍTULO I

**Introdução**

A Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira reuniu, no dia 25 de maio de 2016, com o objetivo de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Lei em epígrafe.

A referida Proposta de Lei deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira no dia 11 de maio de 2016 e foi submetida à apreciação da Comissão Permanente de Política Geral e Juventude, com pedido de emissão de parecer no prazo de 20 dias.

CAPÍTULO II

**Enquadramento legal e antecedentes**

A apreciação da Proposta de Lei em epígrafe enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea i) do n.º 1 do artigo 36.º e nos artigos 89.º e 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 130/99 de 21 de Agosto, e coaduna-se igualmente com o estipulado na alínea j) do artigo 44.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

A emissão de parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente em razão da matéria, nos termos do artigo 43.º do Regimento, sendo competente, no caso em apreço, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
1ª Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude

CAPÍTULO III

**Apreciação da iniciativa**

O CDS/PP apresenta um Projecto de Lei cuja intenção é a de "(...) *implementar um modelo de regulação da representação de interesses legítimos junto da administração direta e indireta do Estado, que reúne as entidades administrativas públicas portuguesas que produzem decisões estruturantes para a vida do País, assente em princípios de transparência, responsabilidade, abertura, integridade, formalidade, confiança, ética e igualdade de acesso.*"

É ainda intenção do Grupo Parlamentar proponente que sejam fixadas "(...) *regras de transparência aplicáveis às relações entre representantes de interesses legítimos e as entidades públicas*", criado um "*Registo de Transparência dos representantes de interesses legítimos*" e ainda "(...) *um Código de Conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas.*"

Assim, atendendo ao supra exposto, a Comissão deliberou nada ter a opor à presente Proposta de Lei.

CAPÍTULO IV

**Conclusões e parecer**

Antes de mais, importa aqui lamentar que o procedimento de envio da presente iniciativa tenha ocorrido no dia 10 de maio de 2016 para emissão de parecer em 20 dias, mas que tenha sido feita a ressalva que a discussão do mesmo se encontrava agendada já para o dia 13 de maio de 2016.

Este procedimento coloca em causa o respeito pelo direito de audição das Regiões Autónomas, constitucionalmente e legalmente consagrado, assim como a efectividade desse direito, esvaziando o seu conteúdo.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
1ª Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude

Manifestamos, assim, o nosso profundo desagrado com esta situação, alertando para o perigo desta formalidade legal se tornar inócua, e que a obrigatoriedade de audição ficar esvaziada, não tendo o conteúdo dos pareceres emitidos possibilidade de ter qualquer relevância e adequada ponderação.

Tendo em conta a ressalva acima feita, e tendo por base a apreciação efetuada, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral e Juventude deliberou, por unanimidade, **emitir parecer favorável** à Proposta de Lei apresentada.

Funchal, 25 de maio de 2016.

A Relatora

(Carolina Silva)

O Presidente

(Adolfo Brazão)